

USP

Comissão de Atividades Acadêmicas

ATA DE 19.06.2020

1 352ª Sessão da Comissão de Atividades Acadêmicas do Conselho
2 Universitário. Ata. Aos dezenove dias do mês de junho de dois mil e vinte, às
3 nove horas, reúne-se, excepcionalmente por sistema de videoconferência, em
4 virtude das tratativas de combate à COVID-19, a Comissão de Atividades
5 Acadêmicas, sob a presidência do Professor Doutor Luiz Henrique Catalani e
6 com a presença dos seguintes Senhores Conselheiros: Eduardo Henrique
7 Soares Monteiro, Maria Arminda do Nascimento Arruda, Pietro Ciancaglini,
8 Tarcísio Eloy Pessoa de Barros Filho, Marcos Silveira Buckeridge. Presente
9 ainda, o Senhor Secretário Geral, Prof. Dr. Pedro Vitoriano Oliveira. Justificou a
10 ausência o representante discente Felipe Simoni Farias. **PARTE I –**
11 **EXPEDIENTE** – Havendo número legal, o Senhor Presidente declara abertos
12 os trabalhos, passando ao tópico único da pauta: Definir, à luz da Resolução
13 USP 7955, de 05/06/2020, que suspende de 28/05/2020 a 31/12/2021 a
14 realização de concursos públicos para o provimento de cargos de Professor
15 Doutor e de Professor Titular, estratégias de continuidade dos processos de
16 avaliações dos pedidos dos concursos de Professores Titulares. **Cons. Luiz**
17 **Henrique Catalani:** “Vou dar início à reunião oferecendo minha proposta de
18 pauta. Na verdade, todos sabem, nós temos que apresentar algum
19 encaminhamento sobre a análise dos processos de distribuição de cargos da
20 CAA que, obviamente, será afetado pelas decisões, tanto da Lei 173, quanto
21 também uma discussão concorrente a essa que ocorre na CLR, sobre a
22 suspensão de todos os concursos da Universidade de São Paulo. Os
23 concursos de titulares, de acordo com a posição da PG – não sei se alguém
24 tem mais informações sobre se a CLR já chegou a uma decisão –, mas creio
25 que a decisão final é que os concursos de titulares estarão suspensos até 31
26 de dezembro de 2021. Eles devem seguir as orientações da PG. Isso nos
27 remete a uma série de questionamentos feito pelas Unidades com relação aos
28 processos que estão ocorrendo, e que nos diz respeito, inclusive, àqueles
29 processos de reposição de cargos, de retorno de cargos de titulares às
30 Unidades, etc. Vou iniciar a discussão, acho que a Professora Maria Arminda
31 tem uma posição que vem da FFLCH.” **Cons.ª Maria Arminda do Nascimento**
32 **Arruda:** “Ontem, na Congregação da Faculdade, a Comissão que trata desses
33 assuntos, não só de cargos de titulares, quanto de claros em sentido geral, fez
34 um mapeamento dos diferentes decretos que estavam e que foram feitos: o

35 Decreto Estadual 64.917, a Resolução USP 7955 e *vis-à-vis* a Lei
36 Complementar 173 do Governo Federal que proíbe concursos. O que na
37 verdade se percebeu foi o seguinte: é que, a permanecer dessa maneira –
38 porque há também a análise que foi feita de uma abertura na Lei que poderia
39 permitir que concursos de titulares e, eventualmente, de contratação concursos
40 de claros docentes – do ponto de vista da Faculdade, mas pensando a USP
41 como um todo, a Faculdade estará em difícil posição. Hoje a FFLCH tem 404
42 professores e ela tinha, em 2012, cerca de 485 professores; com as 11
43 aposentadorias que foram solicitadas e estão em trâmite, significa que nós
44 vamos ficar com 393 professores para um universo de conjunto de estudantes
45 com a extensão de 19 mil estudantes, às vezes um pouco mais às vezes um
46 pouco menos. 19 mil estudantes. Por que estou falando isso? Porque eu acho
47 que a CAA poderia fazer um documento, se esse é o caso da Faculdade de
48 Filosofia, pode ser que seja o mais agudo, mas eu creio que é de quase toda a
49 Universidade, a manter o que foi deliberado, poderia fazer um documento
50 chamando atenção para essas coisas. Por quê? Na Lei ordinária Federal, de
51 27 de maio, ficam proibidos até 31 de dezembro de 2021, o artigo 8º menciona
52 essa proibição, mas no inciso 4º temos que: é possível admitir ou contratar
53 pessoal a qualquer título salvadas as reposições decorrentes de vacância de
54 cargos efetivos. Isso é um dado. Mas como ficam as licenças prêmio,
55 quinquênios? Isso está muito complicado, então acho que a CAA é a instância
56 mediadora entre essas questões e a Reitoria, no sentido genérico. Nós vamos
57 ter um Conselho Universitário, terça-feira, e a permanecer, por exemplo, uma
58 situação como essa, a minha Faculdade terá problemas irreparáveis. É claro
59 que outros casos aconteceram também e, se levarmos em consideração o
60 retorno de atividades, creio que atividades presenciais não serão como antes,
61 pois não há condições de ter aulas. Então, a minha fala inicial era para solicitar
62 à CAA que nós pudéssemos nos debruçar sobre essa questão mais geral e
63 que a CAA fosse, o que ela é de fato, e tem sido, uma instância mediadora
64 neste debate que acontecerá, possivelmente, no Conselho Universitário. Eu
65 pensei muito, poderia pedir ao Professor André Singer que é representante da
66 Congregação, para falar isso no Conselho; mas isso pode parecer uma coisa
67 particular quando de fato não é. Eu acho que isso é uma questão de política
68 geral da Universidade.” **Cons. Luiz Henrique Catalani:** “Eu agradeço à

69 Professora, acolho a sugestão de discussão. Talvez essa questão levantada
70 seja uma questão pertinente, mas ela resvala, bastante, no papel da própria
71 CLR que de fato parece ser a representante do Co para discutir prazos e o
72 impacto dessas leis e, até mesmo, em relação à leitura da Lei. Eu também, na
73 minha primeira leitura entendi que o inciso 4º permitia isso, mas a PG, pelo que
74 eu sei, e a CLR, tiveram leituras distintas e isso é caso já posto, que é a
75 questão da Resolução 7955. Concursos estão suspensos e nós temos uma
76 demanda atual que é tratar dos processos, ou da suspensão dos processos,
77 caso essa for a sugestão dessa Comissão, da análise das concessões e não
78 do próprio encaminhamento dos concursos. Eu acho bastante pertinente sua
79 posição e da FFLCH, mas eu gostaria de ver primeiro uma discussão para dar
80 encaminhamento à solução quanto aos processos de concessão de cargos. A
81 minha posição é de que num primeiro momento, nós temos essa missão; acho
82 que o primeiro ponto de pauta é discutir o que faremos enquanto Comissão no
83 processo que se põe aqui da nossa tarefa de análise e concessão de cargos;
84 na sequência podemos até ver como se dá a interpretação, mas acho que esse
85 é um papel mais destinado à CLR.” **Cons. Tarcísio Eloy Pessoa de Barros**
86 **Filho**: “Concordo com a Professora Maria Arminda, não no sentido de
87 discutirmos nem de querermos ficar acima da Lei, mas acho que, para otimizar
88 a reunião do Co, inclusive, talvez fosse interessante a CAA pedir a palavra e
89 você manifestar uma preocupação geral de todas as Unidades, sabendo que
90 quem vai resolver são os órgãos competentes. Mas, manifestando a
91 preocupação que é global e independentemente da nossa discussão técnica
92 que é o objetivo hoje da reunião. Acho que seria oportuno.” **Cons. Marcos**
93 **Silveira Buckeridge**: “Minha sugestão é parecida. A questão que a Professora
94 Maria Arminda comenta afetará todas as Unidades. No IB nós fizemos a
95 mesma coisa. Se contarmos as aposentadorias, realmente, a carga de aulas
96 vai subir drasticamente; isso afeta a pesquisa e tem uma série de efeitos. No
97 entanto, no momento que nós estamos dada a possível crise econômica,
98 precisamos tentar contribuir. Acho que isso vai ter que acontecer na USP de
99 alguma maneira, em todas as Unidades. Então, talvez a sugestão para nós
100 seja continuarmos trabalhando normalmente, fazer as concessões de cargos e
101 etc., e deixar isso acumular para que, assim que existam condições, possamos
102 ir retornando ao normal. Acho que isso poderia ser feito pela CAA. Continuar

103 trabalhando como sempre e, quando for possível, retornar e fazer as
104 deliberações; mas isso vai ser feito, obviamente pela Reitoria, fazendo aos
105 poucos conforme o nosso orçamento se reestabelecer.” **Cons. Pietro**
106 **Ciancaglini**: “Também concordo com o Professor Tarcísio na colocação dele
107 para concentrar o debate. O que foi relatado pela Doutora Maria Arminda é
108 realidade para quase todas as Unidades da USP. Nos últimos 7/8 anos, todas
109 as Unidades, se olharmos no Anuário Estatístico, tiveram uma redução entre
110 10 e 15% do quadro docente com aumento do número de alunos em muitas
111 das Unidades, devido à criação de cursos tanto de graduação, quanto pós-
112 graduação. Então, é uma preocupação que efetivamente tem de existir. É um
113 cenário muito preocupante; mas nós temos Lei, nós temos que seguir
114 recomendações e há uma pandemia que está nos colocando num cenário
115 muito complexo; a Universidade, não pode ir contra o cenário mundial. Entendo
116 as dificuldades, temos que superá-las, mas a última colocação feita pelo
117 Professor Marcos me gerou uma dúvida. Pode-se fazer concursos e, depois,
118 fazer a nomeação ou tudo está parado até 01/01/2022? Se tudo está parado e
119 você não pode nem publicar o concurso, podemos estar dando um cargo de
120 Professor Titular para uma Unidade num cenário hoje que daqui dois anos será
121 totalmente diferente. Porque um concurso que se dê hoje numa Unidade ficará
122 congelado por 2 anos e a realidade e o cenário podem ser totalmente
123 diferentes depois: o número de candidatos e a estrutura. O que podemos fazer
124 nesse momento é uma grande reflexão e, se legalmente não podemos fazer o
125 concurso, temos que avaliar como CAA a situação. Devemos ter bastante
126 cautela. Não se esqueçam que um concurso de titular fica seis meses aberto,
127 recebendo inscrições. A CAA pode dizer: por um ano eu não faço, nenhuma
128 análise, e a partir do 2º Semestre de 2021 recomeçaremos a passar para as
129 Unidades a orientação de abrir os concursos a partir de janeiro. Agora, são
130 duas coisas distintas. Um é cenário político para ver como podemos superar
131 esta Lei, ou tentar fazer com que a Universidade possa fazer a reposição e não
132 ter esse congelamento durante esse período. Mas não está muito claro como a
133 CAA deveria proceder. Para finalizar, acho que a CAA tem uma tarefa muito
134 importante que é também tentar fazer aqueles ajustes do número de docentes
135 por Departamento. Se é um momento de reanálise, reajuste, acho que esse
136 também seria o momento para reagrupamento e arrumação dos cenários.”

137 **Cons. Eduardo Henrique Soares Monteiro**: “Minha fala vai no sentido do que
138 o Pietro acabou de dizer. É o papel da CAA a distribuição de cargos titulares.
139 Daqui um ano e meio esse cenário pode ser muito diferente, inclusive os
140 concursos que estão abertos, menos no caso de titular, mas nos de ingresso o
141 cenário é totalmente diferente, e muita gente talvez já tenha tomado outro
142 rumo, não more mais em São Paulo, não tenha mais interesse; até mesmo em
143 relação à documentação teria que atualizar, como o memorial. Muita gente que
144 não se inscreveu no concurso, nesse momento, em um ano e meio pode ter
145 titulação, poderemos ter outros candidatos possíveis. Tem Unidade que
146 aconselha um prazo de cinco anos para um livre-docente concorrer à vaga de
147 titular. O cenário vai mudar muito. Professores que são potencialmente
148 candidatos ao cargo de titular, normalmente, são pessoas mais velhas e podem
149 ter decidido pedir aposentadoria. Agora, em relação também ao que foi falado,
150 concordo com o Professor Pietro: acho que nesse momento devemos ter
151 bastante maturidade, é uma questão de Lei, e Lei, se não estou enganado, que
152 afeta não somente a Universidade, mas todo o funcionalismo público brasileiro.
153 Obviamente, tendo alguma possibilidade, dentro da Lei, de voltarmos a
154 contratar, ela deve ser buscada; mas acho que o pior cenário que pode
155 acontecer nesse momento é uma desunião interna.” **Cons. Tarcísio Eloy**
156 **Pessoa de Barros Filho**: “Basicamente, a minha ideia é que fazer um
157 concurso agora para que só tenha validade daqui 2 ou 3 anos, os prazos legais
158 ficam um pouco sem sentido e as prioridades, seguramente, nessa situação,
159 pós-pandemia, na área da saúde, em particular, mas em todas as áreas do
160 conhecimento, pode ser totalmente diferente; talvez se tenha que criar até uma
161 cadeira específica. Há dois cenários basicamente: a CLR decide que podemos
162 abrir o concurso ou não; se ela disser que não, e a USP for recorrer, nós
163 vamos ficar recorrendo 2, 3, 5 anos, que é o prazo todo do judiciário, muito
164 moroso que prejudicará nossa atividade. Então, se não puder, sugiro que
165 pensemos medidas alternativas e soluções temporárias para os
166 Departamentos. Talvez fazer contratações via Fundações de Apoio nesse
167 período; excepcionalmente contratações temporárias de 1/2 anos, via
168 Fundações de Apoio, porque não se pode contratar funcionário público, mas
169 pode-se contratar via Fundações de Apoio. Então, talvez essa fosse uma
170 alternativa. Precisamos vislumbrar quais serão as consequências e o impacto

171 dessa decisão; afinal, será que teremos um cenário no qual teremos de fechar
172 cursos e disciplinas?” **Cons. Eduardo Henrique Soares Monteiro:** “Nós já
173 fizemos uma consulta à PG. Na ECA temos um concurso titular que já tinha
174 sido concedido pela CAA, e teve uma decisão no Departamento sobre o
175 programa do concurso que foi encaminhada para Congregação. Foi feita
176 consulta à PG se deveríamos pautar ou não o concurso na Congregação e a
177 PG disse que não, que o Ministério Público pode entender que pautar a
178 abertura de um concurso na Congregação seria dar prosseguimento; ou seja,
179 ser contrário ao que a Lei já está dizendo. Então, a orientação da PG foi
180 esperar. Só queria acrescentar isso. Acho muito interessante a fala do
181 Professor Tarcísio, mas há Unidades, como a ECA, que não tem uma
182 Fundação de Apoio que tenha recursos para isso. Acho que podemos pensar
183 em outras possibilidades de contratação. Como foi feito com o Programa de
184 Atração e Retenção de Talentos – PART, com os pós-doutores, talvez
185 implementar esses programas como o dos professores temporários. Segundo
186 informação da PG a Lei não proíbe a contratação de temporários. Dá para
187 perceber que houve uma política na Comissão de Claros de redução do
188 número de concessão de cargos de professores temporário – pois havia um
189 indicativo de que as vagas já aprovadas no Co, no orçamento, nos
190 encaminhariam para um cenário de reposição. Tem que haver, sem dúvida
191 nenhuma, um aumento de professores temporários para sabermos quais são
192 as possibilidades, dentro da Lei, de suprir as deficiências que evidentemente
193 são claras e são comuns às Unidades.” **Cons. Luiz Henrique Catalani:**
194 “Quanto a reposição dos temporários, o entendimento que foi feito é de que as
195 vagas em folha devem ser possíveis de permanência, mas a criação de novos
196 claros de temporários seria gerar novas despesas e, portanto, está fora de
197 cogitação. Aquelas Unidades que já têm cargos temporários, os mesmos
198 poderão ser reconduzidos.” **Cons. Marcos Silveira Buckeridge:** “Tinha
199 entendido que não há nenhuma forma de usarmos a verba para contratação
200 nesse período de queda da arrecadação. No IB nós suspendemos o concurso
201 que já estava com banca na Congregação, por instrução da PG. Não estamos
202 tão pessimistas nesse aspecto porque é bastante provável que, no segundo
203 semestre, já tenhamos a vacina e que as coisas comecem a retornar. Quanto a
204 pagar professores com dinheiro de Fundação, eu pergunto de onde viria esse

205 dinheiro, porque não há dinheiro no mercado do mesmo jeito que não há na
206 USP. Nós estamos meio que sem saída com isso; a única possibilidade para
207 diminuir a carga horária seria ter um número menor de alunos, mas isso
208 também me parece que não é possível, mesmo por Lei. Temos que tratar a
209 questão da qualidade do ensino *versus* a qualidade da pesquisa. Na UNESP
210 existem unidades com as quais estive em contato em que os professores que
211 são bons pesquisadores não estão conseguindo fazer mais pesquisa porque a
212 carga didática é excessiva. A USP tem como marca principal a sua pesquisa e
213 a sua produção intelectual. Não sabemos o que vai acontecer, se a
214 arrecadação vai começar a voltar agora em junho, julho? Se podemos fazer
215 uma projeção melhor? Se poderíamos, conceder os cargos e deixar tudo
216 pronto para que, quando chegarmos no fim 2020 e começo de 2021, possamos
217 começar a realizar concursos?” **Cons. Tarcísio Eloy Pessoa de Barros Filho:**
218 “Nós temos trabalhado aqui com vários cenários, projeções, modelos e temos
219 os modelos mais catastróficos e os mais positivos. Mas, sendo bem
220 pragmático, não devemos apostar em vacina para este ano, embora todos os
221 esforços estejam sendo feitos, há um ritmo para poder aprovar, testar, esperar
222 e liberar. Então, a chegada da vacina, em termos de macro-população seria em
223 torno do segundo semestre do próximo ano. Nós vamos ter outro cenário que
224 será muito catastrófico, é uma realidade, o cenário pós COVID. Pós-COVID
225 nós vamos ter uma fila de pacientes, problemas oncológicos, cardiológicos,
226 ortopédicos os que não procuraram o serviço de saúde e vão voltar. Uma
227 recuperação plena da atividade vai demorar muito. Então, por isso, que voltei a
228 insistir naquela história de que se não pudermos fazer concurso, a USP poderia
229 pensar em contratar uma Fundação de Apoio para desenvolver um projeto
230 didático específico temporário por um ano. Acho que é viável de se pensar, nós
231 temos juristas da mais alta qualidade, alguém que possa achar uma solução
232 onde poderíamos, pelo menos, suprir temporariamente esse *déficit* que vai
233 ocorrer progressivamente. As pessoas vão se aposentar, desistir da carreira,
234 mudar de vida, etc. Então, progressivamente, o número de docentes vai acabar
235 diminuindo.” **Cons. Eduardo Henrique Soares Monteiro:** “Na linha do que o
236 Tarcísio comentou, não seria nem propriamente o assunto desta reunião, nem
237 da nossa competência, mas pensando conjuntamente, seria possível tentar
238 com a FAPESP algo para fomentar o número maior de pós-docs e, na linha do

239 Programa PART possibilitar que os pós-docs ministrem aulas? **Cons. Marcos**
240 **Silveira Buckeridge**: “O problema é que a FAPESP sofre a mesma crise que a
241 USP.” **Cons. Luiz Henrique Catalani**: “Gostaria de trazer de volta o tema
242 central desta reunião. Temos aqui, como proposta de pauta, uma discussão da
243 resposta que a CAA vai dar para um ponto importante que é a questão dos
244 procedimentos da distribuição de cargos. A discussão que levou à convocação
245 de vocês para essa reunião extraordinária foi, de fato, a partir de uma
246 preocupação da gestão de ter uma resposta a essa crise, uma resposta que
247 mostrasse, ou determinasse, um procedimento lógico de que demonstre que a
248 Universidade não parará. Ela não vai parar com todos os procedimentos até
249 dezembro de 2021. A CAA precisa ter uma resposta a todo esse bloco de
250 perguntas que as Unidades estão fazendo, de como tratar o processo de
251 concessão de cargos; e, nesse ponto, por que conceder cargos se não
252 podemos fazer concursos? Como fica a progressão do professor associado
253 para professor titular? Acho que isso é uma coisa que obrigatoriamente
254 teremos que responder à nossa comunidade e ao Co. Uma vez que os
255 concursos de titular estão suspensos e as suas análises, pelas Congregações,
256 estão suspensas, o Professor Eduardo deu a posição da PG, que eu já tinha
257 também tomado conhecimento, de que as Congregações não devem nem abrir
258 a discussão sobre abertura desses concursos. Não quer dizer que as
259 Congregações não podem discutir o que fazer com os seus cargos. Essa
260 discussão interna não leva à abertura de concursos, mas sim a uma discussão
261 do que fazer com os cargos a partir do momento em que é possível terem suas
262 inscrições e seus editais abertos, etc. Então esse é o ponto principal desta
263 reunião. Como responderemos à comunidade? Como ficam os prazos? O que
264 podemos propor de forma que não fiquemos imóveis frente a isso? Ao mesmo
265 tempo, reconheço todos os argumentos, e todos devemos reconhecer, de que
266 a questão da temporalidade tem a ver com uma realidade do dia do concurso
267 e, portanto, quanto mais atrasado o processo, e mais adiantado for a sua
268 discussão, mais destacado da realidade esse vai ser. Então, é essa discussão
269 e o desafio de hoje: como criar um calendário possível para a Universidade,
270 mantendo a discussão em aberto; mas, ao mesmo tempo, ter prazos que não
271 colidam com o calendário imposto pela Lei 173. Então, eu tenho uma proposta
272 de encaminhamento, mas é apenas é uma proposta.” **Cons.^a Maria Arminda**

273 **do Nascimento Arruda**: “Pelo que entendi as Congregações não podem abrir
274 concursos, então a CAA não vai conceder cargos para as Unidades. Há alguns
275 cargos que estão em provimento, e não sei como fazer em relação a isso. As
276 Unidades podem, no fundo, construir um debate interno, o que é muito
277 complicado, pois se constrói o debate, mas, depois, não pode colocar as vagas
278 em concurso. A CAA tinha estipulado prazos para que cargos vagos fossem
279 solicitados. Então, pelo que eu estou entendendo, temos de mudar os prazos.
280 Já me perguntaram, não só na Faculdade de Filosofia, outros Diretores me
281 perguntaram: o que fazer? Uma vez que, se não pedirmos, ficaremos fora do
282 prazo para solicitar os cargos. Como o processo é longo nós podemos perder
283 os nossos cargos. Então, tem uma questão que são os que estão em
284 provimento, como fazer? Os cargos que estão disponíveis vagos, o que fazer?
285 Solicita ou não? O quê afinal nós podemos fazer em relação a isso?” **Cons.**
286 **Luiz Henrique Catalani**: “É exatamente isso que nós precisamos fazer a
287 Professora, tratar cada um dos casos e tratar dos prazos. Essa é a resposta.
288 Isso não invalida nada do que vocês falaram sobre da importância de nós irmos
289 atrás de soluções para Universidade; mas a questão dos cargos de titulares
290 precisa sair hoje daqui com alguma resposta, minimamente compreensível,
291 para que as Unidades saibam como trabalhar isso no futuro. Farei um prólogo:
292 os nossos prazos, a partir da Circular 50, de 2015, estabeleceram que as
293 Unidades têm, hoje, 24 meses para solicitar o retorno de cargos vagos. Nós
294 temos dois blocos de cargos não-providos na Universidade: os cargos providos
295 porque estão em provimento; e os cargos providos porque não foram
296 solicitados ainda. Também, dentro dessa questão de prazos, nós tínhamos na
297 Circular 05 de 2020 atribuído, às Unidades, o prazo de 18 meses para a
298 homologação, ou seja, o término total do concurso com a sua aprovação e
299 homologação em 18 meses, a partir do prazo da concessão feita pela CAA.
300 São esses dois prazos que regem hoje as Unidades: 24 meses da vacância e
301 18 meses a partir da aprovação da CAA para homologação; são esses dois
302 prazos que temos que analisar e ver o quanto nós temos que estender.
303 Também gostaria de trazer para vocês uma figura numérica aqui. Nós temos
304 244 cargos providos, no caso, contendo a somatória dos em provimento com
305 os cargos não requisitados, e também os cargos não distribuídos, que são os
306 cargos do Banco. Temos 76 cargos nas Unidades não requisitados, não

307 solicitados; e dos cargos em provimento, ou seja, aprovados em algum estágio
308 do seu processo até a contratação do novo professor titular: 102. Eu gostaria
309 de separar esses cargos que estão nas Unidades, e ainda não foram
310 requeridos, em dois grupos: um grupo é daqueles cargos que estão dentro da
311 regularidade, 24 meses, mas que não foram pedidos ainda. Temos um total
312 hoje de 66 cargos, dos 76, que estão dentro desse prazo de dois anos. Alguns
313 deles estão até para vencer, outros que foram aposentadorias recentes de
314 março, abril, maio e já entraram nesse cômputo. Portanto, 66 cargos nas
315 Unidades que poderiam ser motivo de requisição, de solicitação das Unidades.
316 Temos cerca de 10 desses cargos que são muito mais antigos e, por razões
317 que a estamos controlando, sabemos que tem cargos há mais de 24 meses e
318 ainda não foram finalizados. Deixaria de lado esses cargos, pois eles não
319 fazem parte do quadro maior que temos que analisar aqui. E, agora, nós temos
320 que pensar como proceder enquanto CAA, na avaliação dessas solicitações.
321 Então, uma vez que, os concursos estão todos suspensos – impossibilitando
322 sua abertura antes de janeiro de 2022 – o que nós poderíamos fazer é analisar
323 essa distribuição, a qualquer momento ou dependendo do prazo que
324 propusermos aqui. Então, fazer a discussão junto com as Unidades de como
325 distribuir esses cargos. Existem dois lados. Eu acho que o Professor Pietro foi
326 claro, discutir com as Unidades, hoje, a concessão de cargos, é olhar para um
327 quadro que pode ser muito distinto daqui 12 meses. Uma possibilidade é
328 pararmos de distribuir cargos por 12 meses e só voltarmos essa discussão, a
329 partir de julho de 2021, por exemplo, mas o fato é que existe uma ansiedade,
330 por conta de várias Unidades, que possuem uma demanda reprimida muito
331 grande de retorno desses cargos. Então, temos estes dois extremos e 42
332 Unidades para observar. Vamos ter Unidades que vão querer deixar para fazer
333 essa análise o mais futuramente possível, porque aí agrega uma realidade
334 temporalmente mais compatível com o próprio concurso; outras Unidades que
335 talvez estejam com grande pressão do coletivo em torno da concessão
336 daqueles cargos e de seu destino. Minha proposta para vocês é intermediária.
337 Que nós suspendêssemos qualquer discussão de devolução desses cargos por
338 6 meses, até o final de 2020, e retomáramos essa discussão em 2021. Em
339 2021 retomamos com base nas mesmas propostas: avaliação de critérios, de
340 distribuição por Departamentos, etc. Se adicionarmos esse ingrediente ao

341 nosso cálculo de suspensão por 6 meses, nós vamos distribuindo e
342 modificamos os prazos para que Unidade se adeque aos prazos determinados
343 pela Resolução 7955. Então, estou propondo a vocês a suspensão por 6
344 meses e a retomada da discussão da distribuição de cargos vagos a partir de
345 janeiro de 2021. E como é que nós trabalharíamos com esses cargos que
346 estão vagos, e que estão por ser por vagar? Temos que considerar também
347 que, daqui até o fim do ano, mais aposentadorias vão ocorrer; então, eu tenho
348 um bloco de cargos que poderiam entrar no nosso cômputo a partir de agora
349 até o final de 2020. Se retomarmos em janeiro de 2021, separamos esses
350 cargos em quatro blocos: A. um bloco, que são aqueles vagos a partir de
351 janeiro de 2021, esses não precisam ter nenhuma alteração de prazos,
352 mantendo os prazos que atuais. B. os vagos ocorridos entre hoje, e até o fim
353 do ano, que é o prazo que estaremos sem fazer discussão de distribuição, nós
354 estenderíamos o prazo atual de solicitação por 6 meses; ao invés dos 24
355 meses eles teriam 30 meses, e aí provocamos a Unidade a continuar o seu
356 calendário, só que com mais seis meses que é o prazo que a CAA pararia de
357 analisar os cargos – uma vez que a Unidade decide onde alocar o cargo, uma
358 vez que a CAA acolhe o pedido da Unidade, ela teria outro prazo para fazer o
359 concurso, o prazo de 24 para 30 meses é o prazo para solicitar o cargo, mas
360 não se está tratando ainda de fazer concurso, logo esse bloco que vai de hoje
361 até o fim do ano. C. os vagos, que chamo de regulares e são esses cargos que
362 já estão dentro dos 24 meses, também teriam essa extensão para um prazo de
363 solicitação, de 24 para 30 meses, mas, mais do que isso, eles vão ter que ter
364 uma extensão do prazo de uma homologação de um tempo maior, porque eles
365 tiveram agora 30 meses parado; então, na verdade, eles podem também ter o
366 mesmo prazo de homologação que eu ia propor para o bloco anterior, o prazo
367 de homologação fica alterado de 18 meses para 24 meses. D. por fim, os
368 cargos vagos que são anteriores, mais de 24 meses para trás, podemos, ao
369 longo desses seis meses, tratar um a um com as Unidades para tentar fazer
370 uma aproximação do que está acontecendo com eles; porque eles já estão
371 irregulares para todos os efeitos. Então, a base da minha proposta é a
372 suspensão das análises, por seis meses, e a retomada das análises a partir de
373 janeiro de 2021, com alteração dos prazos de 24 para 30 meses e 18 meses
374 para 24 meses; esses são os dois prazos que hoje orientam as Unidades a

375 tomarem decisões com relação aos seus cargos. Sei que isso é bem
376 burocrático e não incorpora uma discussão de mérito, espero trazer essa
377 discussão de mérito com vocês; mas, como disse, a suspensão total e
378 completa da análise, não creio que seja uma boa medida, porque isso vai dar
379 uma sensação de imobilidade que não é boa para a Universidade. É claro que
380 as Unidades serão regidas por prazos impostos pela Resolução 7955.
381 Chegando para nós os pedidos em janeiro de 2021, teremos alguns meses
382 para responder, e essa resposta, se positiva, retornará no prazo mais rápido
383 possível. Se analisarmos um pedido em fevereiro ou em março a Unidade
384 receberia o cargo e esperaria. Estamos dando um prazo maior de 24 meses
385 até a homologação e aumentando o prazo de aplicação para que a Unidade
386 também possa se adequar e pedir, por exemplo, em junho, dentro da
387 perspectiva de fazer uma análise mais próxima possível do dia do concurso.”

388 **Cons. Tarcísio Eloy Pessoa de Barros Filho:** “Tenho impressão que a
389 proposta é boa e votaria favoravelmente. Acho que nesses momentos de crise
390 alguma decisão, mesmo que não seja a melhor, é importante, pois dá
391 tranquilidade ao sistema. Eu proporia que aprovássemos a sua sugestão”.

392 **Cons. Pietro Ciancaolini:** “Quando nós começamos a conversar eu estava
393 mais na sugestão de ficar, pelo menos, 12 meses. Eu não sei se a
394 preocupação sua, como Presidente, é avolumar o número de processos para
395 depois ser analisado pela CAA. Concordo com a sugestão de empurrar os
396 prazos para frente, mas eu seria mais favorável na suspensão, até pelo menos
397 meio do ano de 2021, pois a análise será muito mais próxima da realidade
398 efetiva de quando o concurso será realizado.”

399 **Cons. Luiz Henrique Catalani:** “Concordo, pensei bastante nisso, mas tenho a impressão de que termos um
400 leque distinto de ansiedades em relação às Unidades. E mesmo que isso leve
401 a algum tipo de artefato de fuga de uma realidade maior, será um preço que
402 teremos que pagar por conta de toda essa crise. Algo intermediário, pois, de
403 fato, teremos Unidades que consideram muito distante a decisão, daqui um ano
404 inteiro.”

405 **Cons. Eduardo Henrique Soares Monteiro:** “Em relação aos prazos,
406 sugeriria que nós disséssemos que os prazos estão congelados até que
407 situação se altere, inclusive abrindo uma janela caso a situação mude. Afinal
408 isso diz respeito a uma Lei que pode mudar. Então, acho que estabelecer
prazos fixos seja um pouco mais angustiante. Talvez possamos dizer que os

409 prazos estão congelados e quando essa Lei deixar de ter valor o prazo volta a
410 contar por mais seis meses; e o mesmo procedimento para o prazo de 18
411 meses. Quando a Lei deixar de ter efeito, o prazo volta a contar e o que faltava
412 é aplicado. Seria uma forma mais simples de fazer e que daria flexibilidade. Em
413 relação à avaliação tem algumas questões a levantar. A primeira é que a CAA
414 vai se renovar em fevereiro e como a maioria de nós aqui vai sair, será uma
415 Comissão muito nova e temos de ter certa preocupação de continuidade de
416 procedimento. Sob esse aspecto, da renovação da CAA, isso talvez justificasse
417 a data de janeiro, mas eu acho que o mês não é muito feliz, é final do ano para
418 se encaminhar os pedidos e janeiro é férias. Se concedendo o cargo em janeiro
419 acho um pouco distante da realização do concurso. Acho que existe ainda uma
420 diferença entre o momento da aprovação e da realização do concurso.
421 Pensando em termos práticos, que as Congregações vão se reunir em
422 fevereiro, março, talvez em abril, acho que devemos ser mais condizentes com
423 o momento do ano que vem. Poderíamos ser mais específicos em relação a
424 isso, poderíamos fazer uma certa engenharia reversa: quanto tempo demora
425 nós aprovarmos, e de trás para frente quando tempo seria esse prazo. Se
426 fizesse isso acho que até seria um pouco posterior. Acredito que abril seria
427 mais razoável, já estaríamos dentro de uma perspectiva do ano que vem.”

428 **Cons. Marcos Silveira Buckeridge:** “Achei que a sua proposta é muito boa,
429 porque ela levanta números e aí conseguimos ver uma dimensão que
430 sinceramente não tinha pensado. Você falou em 244 cargos não providos, é
431 isso?” **Cons. Luiz Henrique Catalani:** “Incluindo os que já estão nas Unidades
432 aprovados e em provimento.” **Cons. Marcos Silveira Buckeridge:** “Isso daria
433 uma ideia da taxa de *turnover* do sistema, ou não? Porque a taxa de *turnover*,
434 nesse caso, seria de 4% do total de 5800 professores da USP. Eu estou
435 tentando dimensionar o tamanho do problema. Acho que se você fizer uma
436 análise numérica, não estou discutindo mérito, é outro elemento que eu posso
437 comentar depois, se nós tivermos uma ideia de qual é a carga de trabalho em
438 janeiro e projetarmos para abril, logo haverá uma carga de trabalho maior;
439 temos de fazer um balanço entre a carga de trabalho que a CAA vai ter e a
440 ansiedade das Unidades, certo? Talvez esses dados, eu não sei se o Luan
441 pode levantar, talvez esses dados existam e o sistema seja modelável para a
442 gente poder entender qual é, usando uma logística de máximos e mínimos. Eu

443 apoio a proposição do Catalani, com essa ressalva de que talvez possamos
444 pensar em mudar através de uma modelagem para o futuro” **Cons. Luiz**
445 **Henrique Catalani**: “Eu tenho plena certeza de que somos capazes de
446 modelar não só o passado, mas o presente e o futuro também, porque o DRH
447 trabalha com dados de aposentadorias compulsórias e média de outras
448 aposentadorias. Podemos ter esses dados. É relevante a gente falar sobre a
449 carga de trabalho da CAA? Sim, mas minha preocupação maior é a bolha que
450 se cria nas Unidades em relação ao número de associados que deixam de
451 progredir na carreira. Isso é, de fato, a minha maior preocupação, a criação de
452 *gap* de lideranças que gera um desânimo muito grande. Não tenho a menor
453 dúvida de que, para CAA, e eu provavelmente não vou estar lá o ano que vem,
454 haverá uma tarefa árdua. Hoje nós temos 66 cargos com 24 meses ou menos;
455 se até o final do ano entrar mais 20, num valor excessivo, mas que talvez seja
456 verdadeiro, teremos, potencialmente, algo como 80 cargos sendo solicitados,
457 no começo do ano. Eu tenho certeza de que vai ser um trabalho hercúleo para
458 a CAA da ocasião. Por outro lado, a minha preocupação maior é o reflexo que
459 isso tem na carreira dos colegas e na vida acadêmica da Unidade que deixa de
460 ter sua liderança ser produzida localmente com a progressão de alguns
461 associados a titulares. Temos que trabalhar com a perspectiva atual, se ela
462 mudar, voltamos aqui e refazemos todo o processo, não tem problema
463 nenhum.” **Cons. Marcos Silveira Buckeridge**: “Catalani, deixe-me só fazer um
464 comentário. Estamos lidando com uma situação de incerteza que é muito
465 parecida com a que eu vejo no IPCC. Poderíamos, então, fazer cenários. Um
466 cenário é que essa Lei deixe de existir na data tal, etc. O problema do trabalho
467 da CAA pode ser que não tenhamos folego, é importante isso. Por isso também
468 no começo, fiz a proposta de que continuássemos trabalhando se tivermos
469 80% do trabalho feito e tivermos de fazer alguma alteração vai ser muito menos
470 do que se deixarmos tudo acumulado.” **Cons.^a Maria Arminda do Nascimento**
471 **Arruda**: “Acho a proposta boa, naturalmente as Unidades estão muito ansiosas
472 e acho que quando chega uma proposta, que até pode mudar, temos algo
473 positivo. Encaminharia pela aprovação da proposta. Encaminharia, também
474 para que as coisas se tranquilizassem – não sei se isso é possível – que a CAA
475 dissesse: os cargos vagos de titulares nas Unidades serão mantidos, por
476 exemplo, isso pode ser uma coisa altamente tranquilizadora. Sugeriria que

477 tivesse alguma sinalização da seguinte natureza: aqueles cargos vagos de
478 titular que estiverem em conformidade com as regras serão mantidos na
479 Unidade. Acho que isso tranquiliza e eu apoio integralmente essa resposta.”
480 **Cons. Eduardo Henrique Soares Monteiro**: “É só um comentário rápido.
481 Acho que é muito importante, em relação a prazos, deixar claro a certeza de
482 que as Unidades não serão prejudicadas por isso. Então, ninguém vai perder
483 cargos se passar o prazo original de 24 meses, e ninguém vai perder se passar
484 o prazo de 18 meses. Então, acho que essa é a maneira da mensagem que
485 acho muito importante enfatizar.” **Cons. Luiz Henrique Catalani**: “O Professor
486 Eduardo está pedindo a suspensão dos prazos para pedidos, mas que
487 sinalizamos que voltaremos a analisar em janeiro?” **Cons. Eduardo Henrique**
488 **Soares Monteiro**: “Na realidade a minha sugestão é a sinalizar que os prazos
489 estão estendidos por mais tempo, por um ano e meio. Quando falamos que os
490 prazos estão congelados significa um ano e meio para o recolhimento; mas que
491 voltaremos a analisar os pedidos a partir de janeiro. Na realidade é dar mais
492 flexibilidade às Unidades, não o contrário.” **Cons. Luiz Henrique Catalani**: “Eu
493 gosto de dar perspectiva mais concreta. Não sou contra sua proposta, mas
494 ainda defendo a minha. Se me permite”. **Cons. Eduardo Henrique Soares**
495 **Monteiro**: “Acho que o cenário será diferente em janeiro de 2022, logo a
496 distribuição interna pode mudar significativamente. Quer dizer, o Departamento
497 pode ganhar uma vaga de titular e todos os livre-docentes se aposentam, e aí
498 ficará só um candidato de fato apto na hora da abertura do concurso. Isso pode
499 acontecer. Mas, se a Unidade só teve o prazo de mais seis meses para pedir o
500 cargo e o prazo já estava chegando perto do final, não perder a vaga ela será
501 obrigada a pedir, porque não tem a opção de esperar até o final do prazo da
502 Lei. Então, por isso que minha sugestão é essa.” **Cons. Luiz Henrique**
503 **Catalani**: “Está bem. E volto a lembrar que a realidade do concurso é a
504 realidade de janeiro de 2022, a única coisa que muda é uma eventual diferença
505 na análise da distribuição; mas na hora do concurso acontecer a realidade é a
506 realidade local da hora. Concedo seu argumento e mantenho a discussão em
507 aberto para ver a opinião dos colegas.” **Cons. Pietro Ciancaqlini**: “Eu tinha
508 colocado algo o mais simplificado possível, mais claro possível, que possa
509 justamente não gerar polêmica, dúvidas ou prejuízo. Mas, concordo que, já que
510 o cenário é para congelar por 6 meses, tudo bem, apesar de eu achar que isso

511 poderia ser um pouco mais longo. Pelo cenário de hoje, para manter
512 tranquilidade eu apoio sua proposta. Se puder fazer algo intermediário, que
513 acomoda o congelamento, dentro da proposta do Eduardo, mantendo a
514 tranquilidade de que não haverá prejuízo a nenhuma Unidade, isso vai dar
515 mais segurança. Então, é algo intermediário nesse contexto com a frase
516 sugerida pela Professora Maria Arminda ‘de não haverá prejuízo de perda para
517 nenhuma Unidade.’” **Cons. Tarcísio Eloy Pessoa de Barros Filho**: “Creio que
518 o que Professor Pietro disse sintetiza a minha ideia. Uma proposta
519 intermediária de forma que tranquilizasse. Basicamente eu só procuraria uma
520 solução intermediária com as frases bem colocadas, contemplando a proposta
521 inicial com a ressalva feita pelo Professor Eduardo.” **Cons. Luiz Henrique**
522 **Catalani**: “Está ótimo. Então, vou tentar redigir uma circular que teremos que
523 encaminhar. Posso fazer isso ainda hoje e passar para que todos vocês
524 alterem o texto, da melhor maneira possível, que agregue a posição de todos e,
525 de preferência, que tenhamos uma circular minimamente decidida até o final do
526 dia, senão, durante o fim de semana; mas, é que, como o Conselho
527 Universitário será na terça-feira, seria bom a gente ter uma resposta logo no
528 começo da segunda-feira. Eu estou entendendo que todos estão de acordo.
529 Ato contínuo, os demais conselheiros manifestam concordância. **Cons. Luiz**
530 **Henrique Catalani**: “Volto ao começo da reunião que foi permeado por uma
531 preocupação absolutamente pertinente, que é o posicionamento da CAA em
532 relação à questão da suspensão, menos dos concursos de, mas, sobretudo,
533 dos concursos de novos docentes. Eu estou entendendo que vocês sugeriram
534 que a CAA se posicione de uma forma a trazer uma preocupação sobre ponto
535 de vista acadêmico, que é a nossa perspectiva afinal, de que a suspensão dos
536 concursos deve trazer grande prejuízo para Universidade de São Paulo e nós
537 estamos refletindo aqui uma preocupação de várias Unidades. Modos
538 alternativos de contratação que foram sugeridos não são a realidade da
539 Universidade como um todo e, sobre a FAPESP, acho difícil tentar criarmos
540 uma proposta de utilização de verba da Fundação, que é para pesquisa, para
541 suprir necessidades de docência.” **Cons. Pietro Ciancaglini**: “Gostaria de
542 fazer uma pergunta, pois, de todas as apresentações que vi, essa Lei se
543 aplicava para despesas permanentes e que o professor temporário, quando a
544 pandemia permitisse o retorno dos concursos, retornaria. Portanto, eu estou

545 entendendo que o temporário pode continuar sendo solicitado pela Unidade,
546 certo?” **Cons. Luiz Henrique Catalani**: “Conversei com o Professor Hernandes
547 durante um longo tempo devido a questão da progressão horizontal, nessa
548 época a nossa leitura é de que os professores temporários que já existem
549 podem ser reconduzidos – não significa novas contratações, são reconduções;
550 uma vez que a distribuição de novos cargos temporários é criação de despesa
551 sim e isso não seria aceito. Isso, pelo que me lembro, mas a gente pode fazer
552 uma consulta antes do Co para resolver.” **Cons. Pietro Ciancaglini**:
553 “Obrigado. Porque eu tinha entendido que isso se referia a despesas
554 permanentes e o temporário não é uma despesa permanente.” **Cons.^a Maria**
555 **Arminda do Nascimento Arruda**: “A CAA é uma Comissão Acadêmica.
556 Então, naturalmente, tem de se pronunciar sobre o horizonte acadêmico que
557 está se descortinando. A manter a manutenção desse cenário nós teremos
558 danos acadêmicos agudos. E, naturalmente, é muito complicado projetarmos
559 coisas que não são, por exemplo, da alçada de agências de fomento, caso da
560 FAPESP. A proposta do Professor Tarcísio é boa: propor, junto com a CAA, um
561 Grupo de Trabalho para fazer uma reflexão, por exemplo, de um conjunto de
562 coisas que não estão esclarecidas do ponto de vista acadêmico: progressão
563 horizontal é possível, mas só se efetivará, realmente, no sentido de ganhos, em
564 janeiro de 2022; concursos que já foram abertos, ainda não realizados,
565 doutores, que tipo de resposta se pode dar; é recomendável a publicação de
566 um comunicado referente aos editais abertos. Esse é o papel da CAA, porque é
567 um assunto afeito à área acadêmica. Então, partindo de um dado, temos que
568 dar uma resposta academicamente viável. Por exemplo, têm concursos que
569 foram abertos, quanto aos inscritos, o que fazer com esse pessoal? Como
570 proceder com essas pessoas e todas as questões dessa ordem, foi por isso
571 que eu propus a conversa no início.” **Cons. Luiz Henrique Catalani**: “Eu
572 acato, de pronto, a proposta da Professora se todos concordarem: a CAA levar
573 uma proposta da criação de um Grupo de Trabalho para discutir os impactos e
574 possíveis saídas em vista dos efeitos da Lei 173 e da Resolução 7955,
575 independente do que vamos receber da CLR. Acho que é uma proposta
576 bastante razoável. Um Grupo de Trabalho com membros da CAA, da CLR, da
577 COP, e de quem for de direito me parece uma proposta bastante construtiva.”
578 **Cons. Tarcísio Eloy Pessoa de Barros Filho**: “Acho que não deveríamos

579 levar sugestões e sim tentar resolver o problema. Criar um GT que tivesse
580 membros da COP, da CAA, da CLR e talvez, da Secretaria Geral e, dentro
581 desse Grupo, se estudariam soluções. Criar um programa de bolsistas
582 financiado pelo Itaú Cultural, por exemplo, com certeza aparecerão algumas
583 alternativas totalmente fora da caixa. Isso é tentar colaborar com a
584 Universidade, com a Reitoria, para, pelo menos, pensar um pouco no assunto,
585 nem que seja para resposta: não tem alternativa.” **Cons. Luiz Henrique**
586 **Catalani**: “Achei excelente a ideia e me proponho a conversar com o Professor
587 Pedro para levar isso ao M. Reitor. O que vocês acham? Então, o que nós
588 tiramos da reunião de hoje é o seguinte: fico devendo para vocês um *draft*, o
589 mais rápido possível, dessa circular que vai tratar dos concursos titulares,
590 referentes aos prazos ou elasticidade específicas e não específicas. Vocês se
591 comprometem a me ajudar a construir. Comprometo-me também a entrar em
592 contato com a gestão para pedir um espaço no Co, no momento adequado,
593 para levar essa nossa preocupação com relação ao impacto de todo o
594 processo referente à Lei 173 e a Resolução 7955, nos horizontes acadêmicos,
595 como disse a Professora, e com isso a gente coloca a discussão da criação de
596 um Grupo de Trabalho que tem essa missão de discutir os impactos e
597 possíveis saídas no horizonte futuro.” Ato contínuo, os servidores da Secretaria
598 Geral questionam se a reunião semestral para analisar os cargos em 4b,
599 prevista para 06/07/2020, está mantida. **Cons. Luiz Henrique Catalani**: “Eu
600 tenho a impressão de que a discussão de hoje remete tudo a um novo prazo.
601 Se tiver algum 4b agora para ser discutido já que se suspendeu análises, nós
602 devolvemos e mantém-se essa proposta de que eles vão ser analisados nesse
603 novo calendário. Eu vou tentar fazer um outro tipo de proposta para os colegas
604 para que seja uma coisa mais específica, já pontuada por um alongamento de
605 prazos. Se todos concordam com a minha resposta. Acho que a pauta de hoje
606 foi cumprida e se quiserem fazer o uso da palavra fiquem à vontade, do
607 contrário temos de trabalhar o resto do dia sobre o que foi proposto.” **Cons.**
608 **Pietro Ciancaolini**: “Por favor, tenho algumas dúvidas. O cenário até o
609 presente momento é: processos que estão na Reitoria serão só homologados a
610 partir de 01/01/2022. Portanto, esteja apenas faltando assinatura do M. Reitor.
611 Não vai ter assinatura, somente em janeiro? Concursos que estavam com
612 banca, tudo pronto para realizar e por causa da COVID não irão ocorrer,

613 somente será realizado e a partir de 01/01/2022? Concursos que estavam
614 abertos, o sistema de inscrição está congelado e quem se inscreveu está
615 inscrito e que não conseguiu, somente será reaberto a partir do 01/01/2022?
616 Os cargos que foram concedidos e estavam com inscrições para serem
617 homologadas pela Congregação ou no Departamento para indicar banca,
618 também estão congelados e não tem o que fazer? O que está homologado não
619 pode marcar banca, está tudo parado? E os que, porventura, ainda não tinham
620 aberto concurso ficará guardado para poder abrir a partir de 01/01/2022?
621 Aquele candidato que está aguardando, ele somente terá o seu ganha-pão, da
622 USP, a partir 01/01/2022?” **Cons. Luiz Henrique Catalani:** “Posso tentar
623 provocar junto ao Doutor Carlos Eduardo, pois isso não diz respeito nem
624 mesmo mais à Secretaria Geral, uma vez que o cargo já foi embora. O número
625 de casos distintos, em cargos de provimento, é muito grande. Eu tenho
626 conhecimento de gente que fez o concurso, antes mesmo daqueles concursos
627 de que participei com você na sua Unidade, e que até hoje não entrou no
628 quadro de professores. São muitas variáveis. Posso provocar o Gabinete do
629 Reitor para ver se eles se posicionam de uma forma mais abrangente, tentando
630 contemplar todos os casos, é o máximo que posso fazer” **Cons. Eduardo**
631 **Henrique Soares Monteiro:** “Nós fizemos essas considerações à PG, e tudo
632 que você falou exatamente está correto. A minha única dúvida ainda era se os
633 concursos que fecharam as inscrições, antes da Lei, se era possível
634 homologar. A resposta foi que não homologamos as inscrições nesse
635 momento. Acho que a própria PG, na realidade – também não estava
636 entendendo o porquê de não sair um comunicado explicando todos esses
637 casos – está esperando a Resolução ser homologada pelo Co. Estão
638 trabalhando com a hipótese de que o Co pode, eventualmente, não homologar
639 a decisão dessa Resolução. Estou entendendo que assim que o Co homologar
640 terá um esclarecimento de como se darão os procedimentos. Por ora a
641 instrução é não homologar as inscrições dos editais já fechados nesse
642 momento.” **Cons. Luiz Henrique Catalani:** “Eu acho que a única coisa que
643 nos diz respeito, na verdade, foi incluída na nossa discussão que era o
644 congelamento daquele prazo que tínhamos de resposta da Unidade para
645 homologação de todo o processo. Nós tínhamos um prazo interno da CAA,
646 porque havia morosidade, por algumas Unidades, que seguravam o processo

647 depois da devolução. Congelando isso, nossa tarefa termina aí. Agora cabe
648 regulação pela Resolução dentro do que a PG determinar e o Co aprovar. Mais
649 alguém gostaria de fazer o uso da palavra?” Ato contínuo, os demais
650 Conselheiros manifestam-se negativamente. **Cons. Luiz Henrique Catalani:**
651 “Dessa forma, fico extremamente feliz de vê-los com saúde. Vamos continuar o
652 nosso trabalho. Nós temos que voltar a discutir o tema de Museus e Institutos
653 Especializados, lembrando que há muito para se fazer no segundo semestre.
654 Não se preocupem, vamos trabalhando. Bom final de semana a todos e
655 obrigado.” Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a
656 presença dos senhores conselheiros, dando por encerrada a reunião às 11h18.
657 Do que, para constar, eu _____, Luan Felipe Novak
658 Noboa, Técnico para Assuntos Administrativos, designado pelo Senhor
659 Secretário Geral, lavrei e solicitei que fosse digitada esta Ata, que será
660 examinada pelos Senhores Conselheiros presentes à sessão em que a mesma
661 for discutida e aprovada, e por mim assinada. São Paulo, 19 de junho de 2020.